

SIMPÓSIO AT040

A LINGUAGEM EM (DES)COMPASSO

CAETANO, Carmem
Universidade de Brasília
carmemjena@gmail.com

Resumo:

A análise de textos só pode acontecer quando articulada a uma concepção de linguagem como prática social e como instrumento de poder. O estudo da linguagem, nessa perspectiva, busca a união indissolúvel entre os processos sociais levando em conta critérios socioculturais, de uma maneira tal que se torna um falseamento argumentar a oposição entre pesquisa e prática sociocultural. A acelerada inclusão das pessoas deficientes no sistema educacional regular no Brasil operada nas últimas décadas coloca aos estudiosos da linguagem um conjunto de questões que são simultaneamente teóricas e metodológicas na análise das desigualdades sociais nas práticas pedagógicas no ensino na escola. Nesta apresentação, o objetivo é contribuir para uma abordagem pluralista que avance na compreensão da dinâmica entre a escola como estrutura social e os seus agentes, professores/as e alunos/as. Trata-se de um trabalho desenvolvido a luz da teoria de Análise de Discurso Crítica proposta por Fairclough (2003, 2010). Para a discussão, elegemos como categorias semióticas de análise, a interdiscursividade, a intertextualidade e a transitividade segundo a Gramática Sistemico-Funcional (Halliday e Matthiessen, 2004). Conclui-se que os/as docentes que trabalham com alunos/as deficientes não possuem definições claras dos textos da legislação educacional, sobre o papel da escola enquanto estrutura social nem mesmo possuem uma conscientização sobre o seu papel como agente do processo educativo.

Palavras-chave: Linguagem;Discurso;Inclusão.

Abstract:

The text analysis can only happen when articulated to a conception of the language as a social practice and a power instrument. The language study in this perspective seeks the unbreakable union among the social process, considering sociocultural criteria, in a matter that becomes a distortion debating the opposition between research and social cultural practices. The accelerated inclusion of people with disabilities in the regular educational system in Brazil performed in the last decades gives language researchers a set of questions that are theoretical and methodological simultaneous on the analysis of social inequalities in the pedagogical practices in school teaching. The objective of this presentation is to contribute to a pluralistic approach that goes forward in the comprehension of the dynamics between school as a social infrastructure and its agents, teachers and students. It's a study developed according to the Critical Discourse Analysis theory proposed by Fairclough (2003, 2010). For the discussion, we elected for the semiotics categories of analysis intersdiscursivity, intertextuality and transitivity according to the Funcional-systemic Grammar (Halliday and Matthiessen, 2004). We concluded that the teachers who work with disabled students don't have

clear definitions about the legislation educational texts, about the school's role as a social structure and are not aware of their role as agents in the educational process.

Keywords: Language; Discourse; Inclusion.

Introdução

Os documentos oficiais nacionais¹ para o ensino de língua portuguesa destacam a importância de se trabalhar na perspectiva do letramento. Nos mesmos documentos, encontram-se algumas informações acerca do ensino de língua materna e do papel do professor, em relação ao ensino de português. A leitura desse documento proporciona o entendimento acerca das finalidades das práticas de ensino e algumas das funções do professor, mas também se percebe na leitura atenta desses documentos que não são tematizadas as diferentes fases possíveis do trabalho docente, nem o modo como este deve desenvolver suas atividades pedagógicas e nem ao menos os procedimentos a serem adotados para alcançar as finalidades tão bem explicitadas. Ao implementar esses documentos, os órgãos executores, sequer questionam que esses mesmos professores possam estar aptos a trabalhar com diferentes práticas e eventos próprios da escola atual ou com o alunado com quem terá que exercer sua docência. Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto que o que se “prescreve” ao professor, predominantemente, é um agir cognitivo, propondo-se que ele assuma uma concepção de ensino-aprendizagem considerada inovadora e mais adequada pelos PCN, mas não só. Destarte, esses documentos são apresentados como se fossem as únicas formas possíveis e verdadeiras, ato este que leva a um encapsulamento do fazer pedagógico dos docentes.

Dessarte a pesquisa aqui apresentada, baseia-se a partir das seguintes questões. Como ocorre a persuasão ao engajamento na causa inclusiva, a partir da “espetacularização” da diversidade? Como discursos veiculados pela mídia por meio de gêneros como a notícia atuam para a produção e o consumo simbólico a

¹Parâmetros Curriculares Nacionais PCN (Brasil, MEC/SEF, 2000)

partir da linguagem? Até que ponto a mídia brasileira pode influenciar opiniões acerca da inclusão? Portanto nesse artigo, pretende-se problematizar essas questões alçando a complexidade de análise de duas notícias veiculadas na mídia acerca do pronunciamento das Supremo Tribunal Federal acerca da Inclusão de pessoas com deficiência com base nos documentos oficiais específicos como é o caso da legislação que se ocupa com uma realidade no desenvolvimento das práticas de ensino de professores na escola publica brasileira - a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular.

1. À guisa de reavivar a memória

Inicia-se a se por lembrar que no Brasil, no ano de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão é aprovada por unanimidade no Senado Federal depois de 12 anos em tramitação no Congresso Nacional. A aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão –, que resultará em uma série de mudanças na vida de milhões de pessoas com deficiência no país. Têm-se o que comemorar. No entanto, apenas um primeiro passo foi dado, uma vez que as ações no campo da educação especial embora tenham aumentado, ainda estão longe de serem consideradas satisfatórias no que diz respeito a forma como se encara a inclusão de pessoas deficientes nas escolas brasileiras. A compreensão da própria ideia de inclusão e das formas como as legislações concernentes`a questão são postas *nas e pelas* políticas inclusivas assumidas no território brasileiro deveriam ser entendidas como intrinsecamente relacionadas ao modo como se caracteriza a dinâmica social.

Faz-se necessário aclarar que este trabalho emergiu de um evento, de uma prática social contextualizada, a partir da observação da circulação de uma série de reportagens em diferentes âmbitos midiáticos que tratavam do tema da inclusão social das pessoas com deficiência no nosso país e de seus efeitos econômicos. As divulgações de notícias, reportagens e outros tipos de mensagens vêm ocupando um espaço cada vez mais amplo nos diversos veículos de comunicação em massa. Por inclusão, entende-se que está é

alguma coisa muito mais ampla do que apenas um paradigma educacional, considera-se que a inclusão é uma prática social diversificada e complexa;. Desta feita, toma-se nesta discussão a inclusão como um princípio de organização da sociedade, propulsionado pela lógica neoliberal, postura essa assumida por autores, como Thoma & Hillesheim (2011) e Lopes & Hattge (2009).

Nesse sentido, evoca-se para o centro do debate o papel da mídia que com seus indicadores tem prestado um desserviço para a discussão do processo de inclusão de pessoas deficientes no sistema educacional regular no Brasil operada nas últimas décadas. Essas demandas colocam à linguística um conjunto de questões que são simultaneamente teóricas e metodológicas na análise das desigualdades sociais no ensino brasileiro. A preocupação aqui é também combater os discursos que hipoteticamente valorizam e perpetuam práticas excludentes nas instituições de ensino como se fossem condutas dignas de apoio, mas que se acredita, venham fomentar e sustentar a ideia da competição e da diferença; legitimando mecanismos sociais excludentes e exacerbando a ideologia da competitividade e da racionalidade que coloca em movimento os discursos da inclusão, com o propósito de compreender sua mecânica e discutir seus efeitos de verdade.

2. A contribuição da Linguística por meio da Análise de Discurso Crítica

A preocupação com problemas educacionais por linguistas não é primazia da época atual. Só para recordar, cita-se um dos fundadores da sociolinguística quantitativa, Labov (1972) que escreveu uma crítica contundente no final dos anos 1960 da noção, então prevalente, de que os falantes que não utilizavam a 'norma padrão' da linguagem eram de alguma forma linguisticamente deficientes e Gumperz e Hymes, figuras fundadoras do paradigma da "etnografia da comunicação", estavam escrevendo a partir da década de 1970 sobre como a linguagem interagia com as desigualdades sociais, em contextos escolares e não-escolares (Cazden, Hymes, e John, 1972; Gumperz, 1986; Gumperz e Hymes, 1986; Hymes, 1980). Dessarte,

afirmar o interesse pela área educacional nos estudos de linguagem não é nenhuma inovação nos estudos linguísticos.

Não obstante, julga-se que grupos de pesquisadores da linguística estão agora a tomar um conjunto comum de metas, pelo menos, na linha teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica, doravante ADC, mais sistematicamente alicerçados em estudos culturais que procuram combinar a análise sistemática da linguagem com outras aplicabilidades semióticas, adotando estudos de caráter etnográfico-discursivos com agendas muito próximas das ciências sociais críticas, a fim de desenvolver estudos sobre educação que também sejam investigações sobre a vida contemporânea. Trabalhos em que se demonstram interesses em saber como as pessoas se envolvem umas com as outras; como aprendem em grupos; como desenvolvem, (re) constroem identidades; oprimem e resistem à opressão sem mencionar trabalhos investigativos acerca dos efeitos midiáticos em textos.

Alguns trabalhos em linguística (como Caetano, 2004, 2009, 2017) já argumentavam que perspectivas críticas requerem atenção ao discurso, ao uso da língua, aos efeitos dos textos midiáticos, enfim, aos mundos sociais que ambos pressupõem e que se deve prestar atenção analiticamente sobre informações e debates dentro da Teoria Social Crítica. Em verdade, vários autores se preocupam com a contribuição da análise de discurso, desenvolvendo estudos em que os quadros de análise são válidos para interpretação do nosso mundo na modernidade tardia, como por exemplo James Gee, Norman Fairclough e Gunther Kress, só para citar três grandes expoentes da área.

A escolha pela releitura de Norman Fairclough se justifica pelo estudo que o autor faz levando em consideração a forma capitalizada do mundo atual. Para o britânico e seus colaboradores Lillie Chouliaraki, Isabella Fairclough, entre outros, a Análise Crítica de Discurso é um programa de pesquisa que fornece um aparato metodológico baseado na ADTO (Análise de Discurso Textualmente Orientada).

O quadro da ADC é baseado em leituras de teoria social e linguística sistêmica que apresenta um esquema de três partes de análise: de texto

(acerca de, palavras e unidades frasais), prática discursiva (eventos comunicativos e sua interpretação) e prática social (processos de toda a sociedade). A ADC se mostra importante a pesquisa porque está alicerçada pelo seu posicionamento frente às questões de poder e da injustiça social fundamentada na agenda dos estudos da linguagem.

Estudos acadêmicos em Análise Crítica de Discurso têm o potencial para intervir nos debates educacionais porque podem desvendar discursos poderosos de educação, na educação por meio da crítica que, por sua vez pode fornecer *'insights'* sobre questões de aprendizagem e transformação social nesses contextos. Analistas de discurso críticos, também podem contribuir com educadores, resultados de pesquisa que podem servir como convite para examinar criticamente práticas discursivas que são envolventes e sedutoras. Conclui-se esta seção, reiterando-se que a importância da Análise Crítica de Discurso que é uma teoria, mas também, é um instrumental metodológico é capaz de servir para a análise não só do que é dito ou escrito, mas do que é deixado de fora; não apenas do que está presente no texto, mas do que está ausente.

3. O lugar discursivo: postura Teórica e Metodológica

O conceito de discurso, do referencial teórico da Análise de Discurso Crítica, na versão de Norman Fairclough (1989/2001; 1992a; 1995; 2003; 2006, 2012), e Chouliaraki e Fairclough (1999) será adotado neste trabalho. Discurso é conceituado como o uso da linguagem em práticas sociais, o qual pode ocorrer tanto como parte das atividades nas práticas ou como sua representação. Fairclough sugere uma relação dialética entre discurso e estrutura social, mediada pelas práticas sociais. Com base no pensamento de Foucault (1972), Fairclough (1992) discute a natureza constitutiva do discurso na prática social e seu papel nas lutas sociais. Para Fairclough (2001, p.56) “as relações sociais estão cada vez menos sendo determinadas pelas normas da tradição do que pelo interesse, à medida que ocorre uma dominação da vida cotidiana pelos sistemas peritos”, o que faz com que as pessoas procurem

controlar reflexivamente, por meio de cálculos e assimilação de conhecimentos, como elas devem viver, que estilo de vida ou política de vida devem trilhar nessa nossa modernidade tardia. Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 81-2), “o processo de globalização une efeitos contraditórios, pois abre sem precedentes as bases para um sujeito verdadeiramente universal onde as pessoas compartilham experiências em diversas partes do mundo”, ao mesmo tempo em que oferece recursos para a diferenciação e fragmentação da subjetividade. Feito esclarecimentos preliminares da releituras feitas de teóricos elencados, apresenta-se posturas metodológicas necessárias.

O material de análise, coletado é um artefato contemporâneo: uma notícia. A matéria escolhida fora veiculada durante curto espaço de tempo em um jornal on-line brasileiro (cf. Anexo 1) intitulada **Supremo mantém lei que obriga escolas privadas a receber deficientes** assinada por Renan Ramalho do G1, em Brasília publicada no dia 09/06/2016 que traz o posicionamento de ministros da justiça.

Antes de realizar uma análise da materialidade linguística do texto, faz-se imprescindível lançar um olhar que problematize sua mensagem, a saber: **"Associação argumentou que obrigação inviabiliza atividade das escolas."**

Neste íterim, convém mencionar que, como Charaudeau (2006; p. 132), toma-se a notícia jornalística como um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo "espaço temático", tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada "fonte" e podendo ser diversamente tratado. Para o autor, um mesmo espaço temático significa “que o acontecimento, de algum modo, é um fato que se inscreve num certo domínio do espaço público, e que pode ser reportado sob a forma de um minicurriculo” (CHARAUDEAU; p: 132).

Entende-se esse gênero não só como elemento que pode auxiliar no trabalho discursivo, mas como uma pedagogia, um conjunto sistemático de significados que criam, por meio da linguagem, representações do mundo. A notícia ensina, por exemplo, como se comportar diante de determinada situação. Mais do que metodologicamente analisar o gênero notícia como

prática discursiva, pretende-se relacioná-la ao terreno epistemológico, o solo que possibilita falar, nesse momento histórico, dessa maneira.

A escolha pela pesquisa documental da referida notícia tornou-se uma técnica decisiva para o trabalho de investigação. A pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos. Os resultados foram obtidos por meio de pesquisa documental, mas não só. A Análise de Discurso Crítica (Fairclough 2001, 2003, 2010) enquanto ferramenta de análise bem como com as formas de representação de atores sociais sugeridas por van Leeuwen (1997, 2009). A fim de realizar uma análise inicial, utilizou-se a Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) para quem todo o texto está inserido em um contexto, visto que estão inter-relacionados, “na medida em que as variáveis do contexto de situação atuam sobre a sua configuração linguística” (FUZER & CABRAL, 2014, p. 27).

4. Holofotes nas Análises

O Estatuto da Pessoa com Deficiência por meio da Lei n. 13.146/2015 possui como um dos seus objetivos assegurar que as pessoas deficientes sejam incluídas em todas as esferas sociais. Em seu art. 28, há menção da exigência de que todas as escolas, inclusive as privadas, matriculem todas as pessoas que as procurem, independentemente de terem alguma deficiência ou transtorno, sendo vedada a cobrança de valores adicionais nas mensalidades, anuidades ou matrículas. Não concordando com tal decisão, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, doravante, Confenem, acionou o poder judiciário brasileiro contra a promulgação da lei, mais especificamente contra o texto do art. 28 supracitado com a alegação de que o artigo não seria constitucional na medida em que o entendimento era o de que não cabia ao Governo repassar às entidades privadas a obrigação de matricular “qualquer” aluno. Além disso, segundo os representantes da Confenem, os custos para a capacitação de professores e para a adequação da estrutura da escola são muito altos.

Entretanto, os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) entenderam que, “embora o serviço público seja livre à iniciativa privada, independentemente de concessão ou permissão, isso não significa que os agentes econômicos que o prestam possam atuar ilimitadamente ou sem responsabilidade” (BRASIL, 2016).

A mídia ao tomar conhecimento da discussão resolveu divulgar tal decisão. Para os fins deste trabalho, opta-se por apresentar a notícia apresentada no G1 – O portal de notícias da Globo – um dos jornais online de maior circulação no Brasil e com grande repercussão internacional.

O gênero textual notícia, disponível em meio eletrônico, foi escolhido por ser bastante produtivo uma vez que o que Charaudeau (2006; p. 221) diz se referir ao princípio da objetivação e deve propor ao mesmo tempo um questionamento sobre o fenômeno tratado. À vista disso, a notícia consiste em asserções categóricas autoritárias que a mídia faz sobre os eventos, mesmo que, aparentemente, elas sejam abertas a várias interpretações. Com o alicerce teórico e metodológico já discutido, apresenta-se por meio das categorias da interdiscursividade e da intertextualidade e, ainda pelo sistema de transitividade seguindo a Gramática Sistêmico-Funcional (Halliday e Matthiessen, 2004) fragmentos do texto em anexo que tem como foco a inclusão do ponto de vista da legislação educacional brasileira vinculado pela mídia com objetivo de debater a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, marcada pelos discursos de inclusão.

4.1 Interdiscursividade

Segundo Fairclough (2001, p. 136), interdiscursividade é a “configuração de convenções discursivas que entram na produção de um texto”, ou seja o foco não está em outros textos, mas sim nas convenções discursivas. Estas não podem ser analisadas como se estivessem em um vácuo social. O conceito de interdiscursividade, alinha-se à concepção de que os discursos se relacionam a outros discursos. Um discurso traz, em sua constituição, outros discursos, é tecido por eles, seja pelos já ditos, em um dado lugar e momento

histórico, seja por aqueles a serem ainda produzidos. Ao visualizar a notícia em análise, é possível problematizar um aspecto emblemático no tempo presente e que denomina-se de “espetaculização” da diversidade - sua produção e seu consumo simbólico a partir da linguagem midiática. Observe-se o fragmento abaixo:

"Como uma escola vai se preparar para receber todo e qualquer portador de necessidade especial, sem saber quantos vai receber, quais vai receber e se vai receber. Será um bipolar? Será alguém com síndrome de Down? Com síndrome de pânico? Será alguém com microcefalia?"

Para Augé (1997; p. 186) a mídia constrói a "espetaculização do mundo, que nos habitua insensivelmente a só nos relacionar com o mundo e com os outros por imagens". A expressão "imagens" aqui deve ser entendida de forma expandida semanticamente a discursos. Discursos que sugerem como as pessoas devem viver suas vidas, como devem enxergar o “outro”. O autor da notícia vinculado no G1 utiliza-se da citação direta da voz de um especialista, no caso uma instituição, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), para desviar a atenção para o que se nomeia como espetaculização ao fazer várias perguntas como *Será um bipolar? Será alguém com síndrome de Down? Com síndrome de pânico? Será alguém com microcefalia?* com a intenção de problematizar como um "blefe" de jogador de pôquer. O uso da repetição de frases interrogativas, transforma o aleatório em fatalidade, faz coincidir duas lógicas em princípio estranhas uma à outra, obrigando o leitor a pensar nessa coincidência trágica que descreve o conflito entre a paixão e a razão no que se refecer à inclusão das pessoas com necessidades especiais.

4.2 Intertextualidade

A intertextualidade refere-se a presença explícita ou implícita de elementos de outros textos em relações intertextuais. Kristeva (1986, p. 39) observa que a intertextualidade implica “a inserção da história em um texto e deste texto na história” e Fairclough (2001, p. 134) nos explica que o Kristeva quer dizer com isso é que "um texto responde, reacentua e retrabalha textos

passados, e, assim fazendo, ajuda a fazer história e contribui para processos de mudanças mais amplos, antecipando e tentando moldar textos subsequentes”. Em verdade, o texto como um todo é construído por aquilo que Fairclough denominaria de Intertextualidade manifesta, momento em que outros textos estão expressamente presentes no texto sob análise: eles estão “manifestamente” marcados ou sugeridos na superfície textual. Os excertos a seguir, confirmam a asserção:

“À escola não é dado escolher, segregar, separar, mas seu dever é ensinar, incluir e conviver. Ademais, o enclausuramento em face do deficiente furta o colorido da vivência cotidiana, privando-nos da estupefação diante do que se coloca como novo e como diferente”, afirmou (ministro Edson Fachin).

Neste fragmento, observa-se a inserção da voz de um especialista, trata-se de um discurso relatado em que o autor do texto apoia-se na operação de demarcação, produzindo prova de um certo posicionamento, nesse caso, de um posicionamento de autoridade. Trata-se da voz de um Ministro do Supremo Tribunal de Justiça da mais alta corte judicial do país, o ministro Edson Fachin. Contudo, logo no próximo parágrafo outra citação literal é feita.

“Não pode o Estado cumprimentar com o chapéu alheio. Não pode o Estado, se é que vivemos em uma Constituição democrática, compelir a iniciativa privada a fazer o que ele não faz, porque a obrigação principal é dele quanto à educação. Em se tratando de mercado, a intervenção estatal deve ser minimalista. A educação é dever de todos, mas é dever precípua do Estado. A abertura à iniciativa privada deveria ser subsidiária”, afirmou.(Pronunciamento do ministro Marco Aurélio)

As duas declarações são citações literais das falas de agente públicos com autoridade para tal. Contudo, percebe-se que logo em seguida a essa citação outra se faz presente. Na seção seguinte intitulada de “**Outros argumentos**” utiliza-se novamente da intertextualidade para se dar voz a entidade institucional representante das escolas privadas no país.

"O que pretende essa lei é jogar o deficiente de qualquer natureza em toda e qualquer escola [...] Qualquer um de bom senso e consciência vai procurar a escola especializada que dê conta daquele aluno que tem dificuldade", afirmou.

Aqui ressalta-se o que Fairclough (2001) destaca como um dos aspectos da intertextualidade. O metadiscorso que possibilita o controle dos diferentes discursos dentro do texto. Há várias formas de se conseguir isso, como o uso de expressões evasivas (*Qualquer um de bom senso e consciência*), o uso de paráfrase ou a reformulação de uma expressão (*O que pretende essa lei é jogar o deficiente de qualquer natureza em toda e qualquer escola*). O metadiscorso implica que o falante esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso e esteja em uma posição de controlá-lo e manipulá-lo. Por fim, a análise sob a ótica da Gramática Sistêmico-Funcional (Halliday e Matthiessen, 2004) será apresentada como mais uma categoria de análise substancial, utiliza-se do sistema de transitividade com breves relatos acerca do papel dos atores sociais envolvidos na "encenação" da notícia vinculada pelo G1.

4.3 Sistema de Transitividade

Para Halliday (1985; p. 101) além de ter uma função de modo, "expressando o aspecto ativo, interpessoal do significado", a oração tem outra função que lida com "o aspecto reflexivo, experimental do significado", que é o sistema da transitividade. Ao se comunicar, as pessoas utilizam a linguagem realizando três tipos de significados simultâneos: um ligado ao relacionamento entre as pessoas (Metafunção Interpessoal), outro responsável pela representação do mundo (Metafunção Experiencial) e um último que dá à sentença seu *status* de mensagem (Metafunção Textual). Nessa última parte da análise, as atenções estarão centradas na Metafunção Experiencial, que está ligada ao uso da língua enquanto representação, o que inclui tanto o mundo externo – eventos, elementos – como o mundo interno – pensamentos, crenças, sentimentos.

Thompson (1994, p. 78) afirma que é importante ter em mente que esse termo tem significados diferentes na Gramática Tradicional e na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF). Na gramática tradicional, a transitividade é um

princípio que parte da presença (ou não) do objeto (direto ou indireto) para classificar o verbo. Entretanto, na GSF, o Sistema de Transitividade tem um sentido muito mais amplo (Thompson, 1996, p.78), estando relacionado à descrição da proposição como um todo, o que implica na escolha de processos (elementos verbais) e seus argumentos (Eggins, 1994, p. 220). Para Halliday (Halliday; Halliday & Matthiessen, 2004), nesse sistema o falante constrói um mundo de representações, baseado na escolha de um número tangível de tipos de processos.

A predominância dos processos verbais no texto analisado não surpreendeu uma vez que o uso de orações verbais está relacionado ao gênero do discurso em questão, um processo muito frequente no contexto de notícia, pois carrega a função obrigatória de mencionar outros autores e estudos, na maioria das vezes, consagrados na área da publicação. Assim, um texto do gênero notícia vai reportar sempre a outras vozes com verbo *discendi*.

A necessidade de se noticiar uma questão de política inclusiva parecer apontar para um controle social de “todos e de cada um” vai criando as condições de possibilidades para a implementação de políticas de inclusão como um imperativo neoliberal, no final do século XX e início do século XXI, o quê de certa forma, atende a uma demanda específica, de aproximar os leitores do jornal com as decisões de parte do judiciário brasileiro e, evidentemente do legislativo, que é quem faz as leis numa falsa posição de que se pode governar melhor. Desse lugar, governar melhor não significa governar mais, senão utilizar a frugalidade do poder a serviço da economia. No cenário contemporâneo descrito anteriormente, no qual todos são "ouvidos" no processo da inclusão, torna-se interessante que cada um se preocupe também com a inclusão dos outros. Dessa maneira, empreender técnicas que divulguem a participação da sociedade por meio dos seus representantes nas instâncias jurídicas e legislativas a cuidar de si e dos outros, sob determinada forma, parece ser extremamente conveniente aos objetivos políticos.

Ao visualizar a notícia sobre o evento, todas as questões elencadas na sessão inicial vieram à tona e destaca-se: a persuasão ao engajamento na causa inclusiva, a partir da “espetaculização” da diversidade - sua produção e seu

consumo simbólico a partir da linguagem midiática, disposta ao grande público, que é a população nada mais é do que tática de manobra poderosa usada pela mídia. A visibilidade da inclusão como “bandeira dos bons” é uma estratégia típica dos tempos atuais, o qual utiliza o poder midiático como parte de uma engrenagem de subjetivação, proliferação e consumo de verdades.

Aqui, como Canclini (2005), entende-se consumo muito menos no sentido financeiro e muito mais no sentido simbólico. A captura e o uso dos outros e de si, enquanto processo negociado e conveniente de produção de subjetividades no circuito cultural, denotam essa constante busca por aprimoramento, pela ocupação de espaços, pela mobilidade identitária. Entender-se, enquanto sujeito de uma causa, indica o lugar da pessoa no mundo, suas opiniões, seu grupo, suas adesões, seu papel social. Toma-se “subjetividade” como as possibilidades de constituição da experiência de si, “[n]a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 2007, p. 10).

O que a análise dos dados permitiu discutir é a persuasão de cada sujeito a tornar-se um vigilante da causa inclusiva, como uma premissa politicamente correta. Nesse sentido, problematiza-se a produção do engajamento a partir da implementação de técnicas de si, ou seja, de mecanismos de convencimento dos sujeitos a se conduzir por uma verdade (FOUCAULT, 2004) e por fim, mas não menos importante, entender que a linguagem por ser usada em compasso com ideias hegemônicas como as da mídia ou em descompasso com os interesses de pessoas comuns, as pessoas com ou sem deficiência .

Considerações finais:

Apresenta-se neste trabalho algumas análises por meio das categorias de interdiscursividade, intertextualidade e, ainda pelo sistema de transitividade seguindo a Gramática Sistêmico-Funcional de uma notícia vinculada pela mídia com objetivo de debater a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, marcada pelos discursos de inclusão. As conclusões a que se pode chegar mostra que a escola enquanto instituição social que regula o ensino da língua está inserida num quadro em que prevalece o modelo neoliberal de relação Estado-sociedade que tem inúmeros desafios e que não pode se eximir

de refletir sobre a inclusão escolar daqueles que estão à margem da sociedade para que ela não só signifique ou assegure inclusão social das pessoas com deficiência mas que também compreenda as possibilidades e desafios da educação de alunos com deficiência que não se esgotam no âmbito da escola e das políticas públicas; mas que se entenda a educação como uma mediação fundamental para a constituição da vida dessas pessoas que é também um espaço de exercício de direitos e de interações significativas que sempre são mediadas pela linguagem.

Referências bibliográficas:

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. São Paulo: Editora: Bertrand Brasil. 1997

CAETANO, Carmem. **A alegoria, uma análise Discursiva em: Sombras de Reis Barbudos**. 237f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília. Brasília.2004

_____, Carmem. **Medicina paliativa e análise de discurso crítica: identidade, ideologia e poder**. 2009. 410 f. Tese de Doutorado em Linguística Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____, Carmem. **Identidade e terminalidade: um estudo linguístico das práticas discursivas em uma ala de doentes terminais**. Curitiba. CRV. 2010.

CAETANO, Carmem. , Magalhães, Isabel. Bessa, Décio. **Pesquisas em Análise de Discurso Crítica** .Lisboa. LabCom. 2014.

CAZDEN, Courtney.; HYMES, Dell.; JOHN, Vera. (Ed.). (1972). **Functions of language in the classroom**. New York: Teachers College Press.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. Londres e Nova York: Longman. 1989.

_____. (ed). *Critical language awareness*. London e New York: Longman. 1992a .

_____. *Critical discourse analysis*. London: Longman. 1995.

_____. *Discurso e mudança social*. Coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio: IZABEL MAGALHÃES. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

- FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. 3.ed. Trad. L. F. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.
- GONÇALVES, Adair, & Nascimento, Elvira. Avaliação formativa: autorregulação e controle da textualização. **Trabalhos Em Linguística Aplicada**, 49(1), 241–257. 2010.
- GUMPERZ, John. Interactive sociolinguistic on the study of schooling. In J.Cook-Gumperz (Ed.). **The Social Construction of Literacy**. New York: Cambridge University Press, pp. 45-68
- GUMPERZ, John & HYMES, Dell. **Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication**. New York: Basil Blackwel. 1986.
- HYMES, Dell. (1980) Acerca de la Competencia Comunicativa. In: Llobera, M. et al. **Competencia comunicativa. Documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras**. Madrid: Edelsa, 1995.
- HADJI, Charles. **A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos**. Porto: Porto Editora. 1994.
- LABOV, William. (1972). **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. [*Padrões Sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.]
- LOPES, Maura; HATTGE, Morgana. (Orgs.). **Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.
- THOMA, Adriana; HILLESHEIM, Betina (Orgs.). **Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2011.
- THOMPSON, Geoff. **Introduction functional grammar**. London: Arnold. 2004.
- VAN LEEUWEN. Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. (org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho.1997.

ANEXO 1

09/06/2016 16h59 - Atualizado em 09/06/2016 17h00

Supremo mantém lei que obriga escolas privadas a receber deficientes

Norma também proíbe cobrança a mais em mensalidades e matrículas. Associação argumentou que obrigação inviabiliza atividade das escolas.

Renan Ramalho
Do G1, em Brasília

O **Supremo Tribunal Federal** (STF) negou nesta quinta-feira (9) pedido da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) para derrubar obrigação de as escolas privadas se adaptarem para receber pessoas com deficiência no ensino regular.

Com a decisão, também foi mantida a norma que proíbe escolas particulares de cobrar mais nas mensalidades e matrículas para receber esses alunos com algum tipo de dificuldade.

Tais regras foram aprovadas no ano passado pelo Congresso no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sancionada em julho, a lei deu prazo até janeiro deste ano para as escolas se adaptarem.

Nesta quinta, as regras foram referendadas por 9 dos 10 ministros que participaram do julgamento no STF. Relator da ação, o ministro Edson Fachin votou para manter a obrigação, citando normas internacionais incorporadas pelo Brasil em prol do ensino inclusivo.

"À escola não é dado escolher, segregar, separar, mas seu dever é ensinar, incluir e conviver. Ademais, o enclausuramento em face do deficiente furta o colorido da vivência cotidiana, privando-nos da estupefação diante do que se coloca como novo e como diferente", afirmou.

Único a divergir, Marco Aurélio votou em favor do planejamento das escolas para se adaptarem, mas contra a obrigatoriedade.

"Não pode o Estado cumprimentar com o chapéu alheio. Não pode o Estado, se é que vivemos em uma Constituição democrática, compelir a iniciativa privada a fazer o que ele não faz, porque a obrigação principal é dele quanto à educação. Em se tratando de mercado, a intervenção estatal deve ser minimalista. A educação é dever de todos, mas é dever precípua do Estado. A abertura à iniciativa privada deveria ser subsidiária", afirmou.

Outros argumentos

Na ação, a Confenen argumentava que a obrigação inviabilizava a atividade das instituições privadas em razão do "alto custo econômico", e que é dever do Estado o atendimento educacional aos deficientes. Alegou direito à livre iniciativa para oferecer ou não esse serviço.

"O que pretende essa lei é jogar o deficiente de qualquer natureza em toda e qualquer escola [...] Qualquer um de bom senso e consciência vai procurar a escola especializada que dê conta daquele aluno que tem dificuldade", afirmou.

"Como uma escola vai se preparar para receber todo e qualquer portador de necessidade especial, sem saber quantos vai receber, quais vai receber e se vai receber. Será um bipolar? Será alguém com síndrome de Down? Com síndrome de pânico? Será alguém com microcefalia?", completou em seguida.

Contrária ao pedido, a Advocacia Geral da União (AGU), que defende as leis aprovadas pelo Poder Público, argumentou que a escola privada exerce sua função social ao cumprir o dever da inclusão. Representante da AGU, Grace Mendonça lembrou que, mesmo em relação às instituições privadas, o Estado impõe normas gerais para autorizar seu funcionamento.

"A educação é direito de todos, dever do Estado, que deve ser promovida e incentivada pela sociedade", disse, citando a Constituição.

Representante das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a advogada Rosângela Moro também defendeu a obrigação imposta pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Argumentou que é direito do deficiente escolher em que ambiente prefere estudar.

"Negar isso é negar a ela a necessidade básica de poder escolher como conduzir a própria vida. [...] Educação é aprender a viver com as diferenças. Aprendem as pessoas com deficiência e aprendem as pessoas sem deficiência", afirmou, em relação ao aprendizado dos outros alunos com os colegas com algum tipo de dificuldade.

A ação, também se manifestaram pela manutenção das regras a Procuradoria Geral da República (PGR), o Conselho Federal da Ordem Dos Advogados do Brasil (OAB) e diversas outras entidades de defesa de portadores de deficiência.